



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA

Câmara Municipal de Novo Progresso



PROTOCOLO GERAL 289/2025
Data: 11/11/2025 - Horário: 11:30
Legislativo

1007
PROJETO DE LEI Nº 1007/2025 – GPM/NP.

Câmara Mun. de Novo Progresso/PA

Aprovado por: UNANIMIDADE

Data: 18 | 11 | 2025

Altera o art. 5º da Lei Municipal nº 239, de 2006, que dispõe sobre a alienação de lotes urbanos no Município de Novo Progresso, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Novo Progresso - PA, no uso das suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Novo Progresso - PA, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 5º da Lei Municipal nº 239, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º – Ficam fixados os seguintes valores em percentuais para efeito de pagamento pela alienação dos lotes requeridos pelos adquirentes:

I – 1% (um por cento) calculado sobre o valor venal do terreno estabelecido na planta genérica de valores para cálculo do IPTU, para todos os imóveis, edificados ou não;

§ 1º – Fica estabelecido o valor mínimo de 05 (cinco) UFM – Unidade Fiscal Municipal pela alienação a ser cobrado do interessado.

§ 2º – A Prefeitura poderá conceder isenção do pagamento dos valores previstos neste artigo, aos requerentes que possuam somente 01 (um) imóvel urbano e que se enquadrem nas situações abaixo:

- a) Requerentes com idade superior a 65 (sessenta e cinco) anos, desde que possuam apenas um único imóvel, utilizado como residência própria;
- b) Requerentes portadores de deficiência física que lhes impossibilite a plena capacidade laborativa;
- c) Requerentes reconhecidamente carentes, que possuam como único imóvel aquele cuja alienação está sendo requerida, comprovado através de estudos sociais realizados pela Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social, desde que utilizado como única moradia ou como meio lícito de subsistência, exceto para locação ou atividades assemelhadas;



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO/PA




- d) Entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, comprovadas por cópia do estatuto ou contrato social;
- e) Requerentes aposentados ou pensionistas, desde que possuam apenas um único imóvel, utilizado como residência própria;
- f) Requerentes com renda familiar de até 05 (cinco) salários-mínimos, que não sejam proprietários ou possuidores de outro imóvel urbano no Município, condição atestada mediante declaração pessoal, sujeita à responsabilização nas esferas penal, administrativa e civil;
- g) Microempreendedor Individual (MEI), exclusivamente para composição de patrimônio da empresa.”

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Novo Progresso, 07 de novembro de 2025.


GELSON LUIZ DILL
Prefeito Municipal


Ayrton Gustavo de S. dos Santos
1º Secretário Câmara Municipal
Novo Progresso-PA


Dirck Roberto da Silva
Presidente Câmara Municipal
Novo Progresso-PA

Magno Costa Cardoso
2º Secretário Câmara Municipal
Novo Progresso-PA